

**“PAI NOSSO REVOLUCIONÁRIO”:
A EXPERIÊNCIA DE LUTA E FÉ DA CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO
DO NORTE NO VALE DO JAGUARIBE/CE.
(1992-2013)¹**

Carolina Rodrigues Moreira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do
Ceará

carol_rodrigues_moreira@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Conforme aponta Bursztyn (2011), a década de 1970 marca a retomada de intervenções no Nordeste pelo poder central, além de mudar o caráter das instituições encarregadas da questão da seca. Algumas dessas obras aconteceram dentro do Plano de Irrigação Nacional (PIN), elaborado pelo presidente Médici, que se propunha irrigar grande parte do Nordeste entre 1975/1979. A ação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) migrou da construção de açudes em terras de coronéis, por exemplo, para a construção de perímetros irrigados públicos que integrassem as comunidades próximas a região e fomentasse a produção para o mercado, além de estabelecer um modo de produção único no território.

Dentro desse contexto, entre os anos de 1970 e 2008 foram construídos 4 grandes perímetros irrigados na região do Vale do Jaguaribe – Morada Nova, Jaguaruana, Jaguaribe/Apodí e Tabuleiro de Russas. O Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR) teve o início de sua implementação em 1992, no contexto do avanço do neoliberalismo no Brasil. O então perímetro teve sua obra dividida em duas fases, onde na primeira foram desapropriadas 782 famílias, que formavam 22 comunidades. Já na segunda etapa foram

¹ Trabalho apresentado no 30º Simpósio Nacional de História, no ST: Catolicismos e Política: entre conservadores e progressistas coordenado pelo professor Cândido Moreira Rodrigues (UFMT) e professora Gizele Zanotto (Universidade de Passo Fundo).

ANPUH-Brasil - 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Recife, 2019

desapropriadas 8 comunidades, atingindo 67 famílias. Ao total o DNOCS utilizou 14.130 hectares(ha) de terra.

As comunidades afetadas passaram por vários processos de perda, tanto pela transformação da paisagem, como de suas relações de vizinhança, mas também de costumes e identidade, pois como aponta Bonnemaïson (2002), “desterritorializar uma etnia é a melhor maneira de vê-la desaparecer para se fundir a uma magna sociológico.” O território camponês ficou totalmente recortado e desfigurado, e passou a ser símbolo de uma nova proposta de mercado e produção. As modificações na paisagem são lembradas pelos moradores, que em alguns casos, tiveram que migrar de sua terra na construção das duas etapas. As desapropriações da primeira etapa, além de terem tomado uma faixa extensa de terras, não indenizaram parte dos moradores e nem os direcionou para um reassentamento.

Neste artigo, escolhemos por trabalhar com os camponeses que foram expulsos de suas terras durante o processo de construção do PITR, pois segundo as fontes orais e também a partir da análise do “Cadastro de desapropriados” feito pelo DNOCS, das 782 famílias desapropriadas na primeira etapa, somente 50 não assinaram o termo que concordavam com a desapropriação. A partir da fala de Dona Osmarina, podemos conjecturar que muito dessas “concessões” aconteceram pelo medo e a falta de informação que se instaurou com a chegada do aviso daquela grande obra.

Foi um sufoco... As famílias não tinham conhecimento de nada quando disseram: o DNOCS chegou! Foi como um fogo que vinha de lá para cá, queimando todo mundo. O povo se apavorou. Muitos abandonaram suas casas e foram morar de aluguel, mesmo sem ter condição, por medo. Isso foi uma agonia muito grande para esse povo. Apareciam umas histórias de que se não desocupassem as casas, eles vinham com as máquinas e derrubavam com tudo, não importava quem tivesse tempo. O povo se apavorou.¹

A desinformação e o medo, por muitas vezes, foi elemento fundamental para o abandono das terras. Seu Raimundo Lucas afirma que “nas primeiras [desapropriações], o pessoal não sabia de nada. Muita gente saiu da propriedade perderam tudo, outros receberam uma “micharia”. Os que tinham plantado não sabiam o que iam pagar pelos pé de cajueiro plantado.” A linguagem inacessível dos técnicos do DNOCS e os termos jurídicos [quando] apresentados a pessoas

¹ Entrevista da Dona Osmarina de Jesus da Silva concedida a Dávila de Oliveira, Carlos Victor do Nascimento e Mário Martins, bolsistas e coordenador do COMTER em 2016.

em grande parte, analfabetas são elementos para entendermos essa relação [desigual] de poder entre o Estado e os moradores afetados, que gera medo, apatia e desmobilização.

Podemos perceber também essas ações a partir da proposição de James Scott² quando diz que os grupos subordinados produzem um discurso oculto crítico ao poder do dominador. Esses camponeses encontram meios de disfarçar o conteúdo das críticas, fazendo-se passar por inocentes ou inofensivos. Esta prática foi evidenciada em um de nossos entrevistados. Em entrevista dada ao DNOCS, o entrevistado é totalmente de acordo e fala muito bem da implantação do PITR, mesmo estando dentro do campo de desapropriação. Já em entrevista concedida a nós, ele terce severas críticas e inclusive é uns dos líderes da organização comunitária, associados a sindicatos e etc.³ Ainda que para Scott a infrapolítica seja o resultado de uma ação decidida, tática, nos casos estudados essa intencionalidade não é explícita. Contudo, as ações dessas pessoas, permitem-nos vislumbrar ali uma estratégia, uma intenção de marcar o lugar, de expressar e tornar pública sua luta.

CÁRITAS DIOCESANA: MEDIADORES E AGENTES SOCIAIS

A Cáritas, um organismo de ação social da Igreja Católica, está estabelecida em todo o mundo desde o final do século XIX - criada em Friburgo (Alemanha) - quando tinha como objetivo o atendimento às vítimas de catástrofes e atingidos pela guerra depois da reconfiguração territorial da Europa pós-guerra. No Brasil a instituição chegou em 1956 pela iniciativa da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) e iniciou sua ação nos territórios com práticas inicialmente assistencialistas. No contexto das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)⁴, nos anos 1970, a Cáritas Brasileira expandiu sua estrutura

² SCOTT, James C. A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos. **Letra Livre. Lisboa**, 2013.

³ Decidimos não disponibilizar o nome do entrevistado por motivos de ética e segurança, visto que o processo de indenizações ainda está em andamento.

⁴ Comunidades ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação após o Concílio Vaticano II se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades locais reunidas por conta de carências e necessidades semelhantes, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida, com a realidade política e social em que vivem. (BETTO, 1985, p. 7)

nacionalmente e desenvolveu a rede de Cáritas Diocesanas⁵, que mesmo sendo um mecanismo da Igreja Católica, até hoje são legalmente independentes, porém seguem as diretrizes da CNBB além demais instâncias da própria Cáritas (DE SOUZA, 2007).

No Ceará, a Cáritas teve início em 1958 articulada com as CEBs, dioceses e movimentos sociais. Somente em 1967 foi criada a Cáritas de Limoeiro do Norte que passou a cobrir a região do Baixo e Médio Jaguaribe com características específicas. Sob influxo das referências progressistas da Teologia da Libertação, a Cáritas modificou seus focos, iniciativas e metodologias. Como relata o Padre Júnior Aquino em entrevista quando fala sobre os processos de mudança da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte:

No primeiro momento tinha uma função meramente assistencial, inclusive de receber doações de roupas e alimentos para distribuir com famílias carentes. Depois passou uma fase de acompanhamento de associações de pequenos projetos comunitários, de criação de cabras[...] da Cáritas de Limoeiro, e sobretudo dos anos 2000 para cá ela foi tomando um caráter cada vez mais intenso de ligação com movimentos sociais com uma organização popular, e hoje é o grupo que mobiliza e que articula boa parte das resistências que tem que tem ali na região. Por trás disso está uma nova compreensão da vivência de fé. Uma compreensão de que a fé não se restringe a culto, a doutrina, a ritos religiosos. De que a fé, enquanto seguimento de Jesus, leva ao compromisso com a luta pela justiça. (AQUINO, 2017, p.14).

Através da fala do Padre Júnior, agente da Cáritas de Limoeiro, podemos perceber não só um mapeamento das vertentes de ação da Cáritas ao longo dos anos, mas um discurso embebido pelos preceitos da Teologia da Libertação, apontada do Michel Löwy (2016) como Cristianismo da libertação. Uma fé que volta o olhar aos pobres e que tem como missão a busca pela justiça social, de forma que esses sejam sujeitos de sua própria emancipação.

Baseados nisso, os agentes da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte estavam participando ativamente do processo de mobilização das comunidades que seriam afetadas pela construção da segunda etapa do Pitr, porém anteriormente a esse transcurso, um forte trabalho de conscientização, de

⁵ Escritórios de representação que funcionam nas Dioceses ou em órgãos de assistência social das regiões.

acessibilidade aos direitos e a justiça social, foi conduzido na região do Tabuleiro de Russas, para que mais tarde o processo de resistência viesse surtir efeitos. Comparando os relatos dos moradores quando falam sobre a primeira etapa e fazem um paralelo com a segunda, a Cáritas é um elemento marcante nesses discursos.

A experiência⁶ camponesa juntamente com a ação da Cáritas, foram fundamentais para o processo de resistência à segunda etapa do Pitr como aponta o Seu Raimundo Lucas sobre o cadastro de desapropriados da segunda etapa:

[...]a gente só foi fazer o levantamento depois que esclarecesse tudo, porque na primeira o povo perderam, perderam tudo. Ficaram com as mãos abanando, aí quando foi nessa segunda, o pessoal já estava tudo sabendo o que tinha passado, aí sereuniu todo mundo aí deu força.

[Entrevistador] E isso tudo foi resolvido em reunião?

Tinha reunião. Fazia reunião no [distrito do]⁷ Peixe com o DNOCS, o pessoal da Cáritas... e as comunidades tudo, a gente se reunia lá e o “pau quebrava”. [risos] Era briga de todo o tamanho lá. Não entra e não entra, se entrar a gente rola de foice, mete bala, os cabras tinham medo, meu amigo a chibata cantava mesmo.

A experiência conjunta dos camponeses que foram desapropriados, em alguns casos, nas duas etapas do Pitr, foi um fator elementar para o processo de resistência sob a expulsão de suas terras. Anteriormente a inserção da Cáritas, esses camponeses já se organizavam em sindicatos e cooperativas, mas essas organizações somente mobilizavam questões econômicas, pois o Estado exigia organização camponesa para que projetos fossem implementados nas comunidades.

Além de participar das mobilizações em torno das injustiças sofridas pela implantação do Pitr, os agentes da Cáritas também agiam como negociadores de demandas das comunidades. O “Relatório: Reunião Tabuleiro de Russas” (14 de abril de 2010), é de uma reunião que estava acontecendo na Cáritas de Limoeiro entre as agentes Anjerliana e Osarina e os representantes do DNOCS

– Felipe Cordeiro (Diretor Geral), Paulo Roberto (Responsável pelo projeto de

⁶ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica do pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁷ Acréscimo da autora.

reassentamento das famílias), Leo Alencar e Alan Cardec (Responsáveis pelo processo de cadastro e indenizações). Essa reunião tinha como objetivo discutir as indenizações das cisternas do Projeto Um Milhão de Cisternas (PIMC), que foram demolidas junto com as casas no processo de desapropriação das comunidades do Tabuleiro de Russas, para a construção do PITR. Felipe Cordeiro explicou que as famílias não poderiam ser indenizadas e nem receberiam novas cisternas, pois não era possível ser beneficiado pelo mesmo projeto duas vezes. Essa afirmação nega o fato de que o pedido de ressarcimento e/ou reimplantação se deu pelo fato de que as cisternas de placa⁸, por serem estruturas fixas, foram demolidas sem serem inventariadas nos relatórios de indenização por serem benefícios.

RESISTIR PARA EXISTIR: Demandas comunitárias e alternativas de luta e resistência.

Fruto da experiência histórica e da conscientização por meio dos agentes da Cáritas, os camponeses iniciaram, no início dos anos 2000, um germinar de demandas sociais nas comunidades. Como aponta Thompson *em A Miséria da Teoria* (1981) quando fala do termo *experiência*:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Esses camponeses, se entendendo como sujeitos ativos desses processos de desterritorialização, se utilizam de sua experiência histórica para planejarem estratégias de resistência e de embate aos interesses antagônicos aos seus. A Cáritas, também como um dos elementos dessa experiência

⁸ Tecnologia social de Convivência com o semiárido que permite o armazenamento de água durante o período de seca. Além disso, as cisternas de placa envolvem em torno de sua construção, a mão de obra das famílias e da comunidade onde estão inseridas. Diferente das cisternas de polietileno, não são cancerígenas se expostas ao sol, por serem construídas com concreto, e garantem a segurança hídrica das famílias que sofrem com a estiagem.

camponesa, ao meu ver, é utilizada como meio para acessar de forma mais clara e justa, os discursos públicos, jurídicos e as ferramentas de mobilização segura.

Há hipóteses de que essas demandas surgiram a partir do momento em que os camponeses tomaram consciência e entendimento dos direitos que a eles pertencia. As demandas das comunidades do Tabuleiro de Russas giravam em torno de segurança alimentar e hídrica, acesso e manutenção da terra, direito a tecnologias sociais de convivência com o semiárido (ex: cisternas) e etc. Essas eram as demandas das comunidades com relação ao Estado. Com relação à Cáritas, as comunidades também demandavam cursos e debates acerca da manutenção da agricultura familiar a partir das atividades de Convivência com o Semiárido (SILVA, 2006)

Os camponeses participavam e decidiam sobre todo o processo de escolha das demandas, assim como dos encaminhamentos destas. A Cáritas trouxe aparatos jurídicos, principalmente, para que as ações de reivindicação fossem mais justas e realmente disputadas com o Estado. Na maioria dos discursos que falam sobre a instituição e também a partir das atas de reuniões, é evidenciado o envolvimento e importância da Cáritas nos processos de negociações com o governo.

Entendemos que não existe apenas um modo de resistência apresentado pela Cáritas, mas também a resistência cotidiana, apontada por James Scott em *Formas cotidianas da resistência camponesa*. Aquela que está presente no modo de fazer a tapioca, de plantar no quintal, de ensinar o filho a montar a cavalo ou a espantar o boi, a resistência invisível de “fechar os olhos” para as “ruindades” e olhar para o lado bom das coisas, para aquilo que não pode mudar mesmo tirando suas terras, seu lugar ou seus vizinhos do lado. Porém, a ênfase de nosso esforço de pesquisa, vai ao encontro das formas de resistência que os camponeses travaram junto [e a partir] as ações da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Existem alguns momentos de ação camponesa baseados na experiência histórica da primeira etapa do PITR e também com auxílio e incentivo da Cáritas, como é o caso da ocupação do canteiro de obras da segunda etapa do PITR, quando na madrugada do dia 23 de setembro de 2013, duzentos agricultores

ocuparam o canteiro em denúncia ao governo por descumprir a entrega de reassentamentos a 120 famílias que moravam no entorno do PITR e 50 que moravam nas terras inundadas pela barragem do Figueiredo. Essa ocupação resultou em uma audiência, que foi presenciada por uma comissão de dez agricultores em busca do cumprimento das demandas de moradia. A luta dos camponeses é simbolizada por uma faixa na entrada do canteiro de obras que diz: “Nossa luta é pela defesa da nossa história, da terra, da cultura e da agricultura familiar”.⁹

Na região, também há a ação de alguns movimentos sociais, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas por conta do esfriamento e desmobilização da igreja e dos movimentos sociais nos anos 1990, a Cáritas toma a dianteira das ações de enfrentamento social. Através das falas dos moradores, percebemos que há uma confiança nas ações da Cáritas, e, até este momento da pesquisa, não foram encontradas vozes que destoassem dessa aceitação. Mesmo pessoas de outras crenças são ligadas às ações e fazem parte de lideranças associadas à Cáritas. Podemos analisar isso como aponta Boaventura de Sousa Santos¹⁰ como parte da linguagem usada pela igreja, que é diferente da linguagem dos movimentos sociais. Em paralelo com a fala do Padre Júnior Aquino “a linguagem das pessoas, das comunidades, tirando as que são engajadas em movimentos sociais, é a linguagem religiosa. A linguagem dos direitos humanos é secularizada, a linguagem popular é a linguagem religiosa”.

⁹ FREITAS, Jeane. **Agricultores ocupam canteiro de obras e denunciam DNOCS no Ceará**. Cáritas Brasileira, Ceará, 25 set. 2013. Disponível em: <http://caritas.org.br/agricultores-ocupam-canteiro-de-obras-denunciam-dnocs-ceara/15693>. Acesso em: 19 mar. 2018.

FREITAS, Jeane. Ceará | **Agricultores retomam canteiro de obras para audiência com DNOCS**. Cáritas Brasileira, Ceará, 09 out. 2013. Disponível em: <http://caritas.org.br/ceara-agricultores-retomam-canteiro-de-obras-para-audiencia-dnocs/15822>. Acesso em: 19 mar. 2018. FREITAS, Jeane. CEARÁ | **Em busca de resposta agricultores participam de audiência com DNOCS**. Cáritas Brasileira, Ceará, 26 set. 2013. Disponível em: <http://caritas.org.br/ceara-em-busca-de-resposta-agricultores-participam-de-audiencia-dnocs/15696>. Acesso em: 19 mar. 2018.

¹⁰ DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. Cortez Editora, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As significações construídas historicamente, vividas e partilhadas pelos sujeitos sobre as terras do Vale do Jaguaribe cearense foram desavisadamente confrontadas e violentamente interrompidas. Isto aconteceu pela construção dos perímetros irrigados, em específico o Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas, em lugares desterritorializados tanto fora quanto dentro do poligonal de desapropriações.

A Cáritas foi fundamental para a organização e atendimento de demandas nas comunidades atingidas por tal projeto. Os seus agentes, que em sua maioria, eram moradores da região do Vale do Jaguaribe e das comunidades afetadas, além de ter como missão a justiça social, sentiam um pertencimento à causa, a dor e aos ganhos nas lutas. Segundo a fala de alguns moradores, os processos de luta travados junto a Cáritas, por meio de reuniões e assembleias com o DNOCS, surtiram mais efeito que as ações do MST na região. Dona Francisca afirma que o “trabalho da Cáritas não é fazer nada pela gente, mas dar condição pra gente fazer as nossas lutas, conhecer os nossos direitos e permanecer na nossa terrinha.” Portanto, entendemos a instituição estava agindo como um caminho para a facilitação dos camponeses, a partir de suas experiências, construírem seus processos de lutas e resistências de formas múltiplas.

As memórias, os espaços, as vivências são fruto de uma construção feita por cada sujeito dessas comunidades. Muitas são as forças que, por vezes, apagam comunidades do mapa, mas que não conseguiram apagar as memórias, posto que o principal elemento permanece vivo, o(a) agricultor(a), o(a) camponês(a). Marcados na história, fazem-se história. Lembrando-se de suas dores e dificuldades, mas sempre preferindo exaltar os momentos de fartura, alegria e fé. As boas lembranças sempre vêm acompanhadas de um Graças a Deus, e é a Ele, que o camponês agradece na alegria e pede na tristeza.

REFERÊNCIAS

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. Geografia cultural: uma antologia, v. 1, p. 279-304, 2012.

BURSZTYN, M. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1985.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: vol. 1 Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos. Cortez Editora, 2016.

DE SOUZA, André Ricardo. Entre a assistência e a autogestão: a economia popular solidária da Cáritas. Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES). ISSN 1981-156X, n. 05, 2007.

LÖWY, Michael. O que é o cristianismo da libertação: religião e política na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Abramo: Expressão popular, 2016.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 466-485, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. Amiséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica do pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.